

### **OS REGISTROS DE NASCIMENTO: UMA PERSPETIVA DE ANÁLISE SOBRE MIGRAÇÕES NA AMAZONIA (1937-1945)**



**Fonte:** PEREIRA, J. C. M. Amazônia: a fala do desenvolvimento e os modos de vida na cidade. Rio de Janeiro: Mauad, 2019. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em: 7 de abril de 2021.

#### **AUTORES**

Lademe de Sousa Correia  
Gefferson Ramos Rodrigues

#### **COLABORAÇÃO TÉCNICA**

Ivonely de Brito Pereira  
Jossana Ricelle da Silva Gonçalves

---

\*DOI - 10.29388/978-65-81417-37-6-0-f.91-118



### OS REGISTROS DE NASCIMENTOS

Os registros de nascimento, assim como os registros de casamento e óbito são denominados de “fatos vitais”, pelos profissionais da área da saúde e de “[...] fatos naturais.” (BOUSQUET NETTO, 2019, p. 26), pelos profissionais do campo jurídico. O registro desse conjunto de documentos é, atualmente, de responsabilidade dos cartórios. Mas, nem sempre foi assim. Em outros períodos históricos, essa era uma atividade de incumbência das instituições religiosas.

Ainda que a prática de registrar as populações, remontem à antiguidade, somente no período que conhecemos como Idade Média, que essa atividade foi um pouco mais difundida. A Igreja realizou registros de seus fiéis, religiosos e seculares, nobres e plebeus, com o objetivo de celebrar missas por suas almas e ainda para distinguir aqueles que eram considerados merecedores de sepultura cristã (PESSOA, 2006). Mas, a maior sistematização dos registros de nascimento, casamento e óbito só veio mesmo com o Concílio de Trento (1560-1565) quando estes documentos se tornaram obrigatórios e de responsabilidade das paróquias.

No Brasil, a exigência para a realização desses registros foi regulamentada com as “Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia”, de 1707, que adaptava as determinações do Concílio Trento à América portuguesa. Em 1870, o Imperador D. Pedro II, determinou o recenseamento da população a cada dez anos e a organização dos registros de nascimento, casamento e óbito. A Diretoria Geral de Estatística, criada nesse mesmo momento, ficaria responsável por recolher os dados junto às autoridades eclesiásticas e a divulgá-los. Depois de algumas alterações, o registro de nascimento foi regulamentado em 1889, após a Proclamação da República. Com a primeira Constituição da República em 1891, o Estado passou a ser laico, deixou de ser oficialmente católico e, assim, foi retirada da Igreja a responsabilidade da realização dos registros, criando o Registro Civil de Pessoas Naturais.

A população levou um tempo até adequar-se a essa nova realidade. Isso porque os próprios religiosos desestimulavam o registro em Cartório. As grandes distâncias entre o local de

nascimento e o Cartório, também dificultavam as pessoas de realizarem os registros. Assim, os registros de batismo, feitos pelos párocos, continuaram a ter efeito legal por muitos anos. Além do mais, a Igreja por meio de suas paróquias, já contava com uma estrutura toda montada para realização desses registros, de modo que, isso facilitava enormemente os cidadãos a realizarem o registro ainda na Igreja (BASSANEZI, 2013). Um exemplo dessa predominância do registro religioso em detrimento do registro civil, pode ser exemplificado pelo conteúdo de uma matéria publicada, em 9 de fevereiro de 1930, num jornal de Santarém, intitulado *A Cidade*, que abordou a questão da pouca importância que os pais davam ao registro civil de nascimento de seus filhos. O jornal afirmou que em 1928, somente 54 crianças foram registradas em Cartório, enquanto nos registros religiosos o número era de 1.156 crianças batizadas, portanto, bem maior (LOURENÇO, 1999).

O fato mostra como esse tipo de fonte, apesar de constituir um registro dos mais importantes para se estudar as dinâmicas populacionais, não deve ser analisado em separado. Pelo menos, nas primeiras décadas da República, o cruzamento das fontes do Cartório com os documentos da Igreja é uma tarefa indispensável.

Como visto, os registros de nascimento, casamento e óbito guardam algumas semelhanças entre si. Mas, neste capítulo iremos tratar, especificamente dos registros de nascimento, da primeira metade do século XX, os outros dois tipos de registros são analisados em outros capítulos deste livro.

Na década de 1940, ao nascer, uma criança deveria ser registrada no Cartório, à semelhança do que ocorre nos tempos atuais. O registro deveria ser realizado pelos próprios pais. Mas, era muito comum na época que esse registro fosse feito por outra pessoa, o “declarante”. O registro era pago, mas como nem sempre os pais tinham condições de pagar, muitas crianças ficavam sem registro até idade avançada. Quando feito regularmente, no registro tinha que constar o nome dos pais, ocupação, naturalidade, estado civil e domicílio, além dos nomes dos avós paternos e maternos. Sobre o recém-nascido deveria constar o nome, dia, mês, ano, hora e local de nascimento, além da cor, sexo. E ao final, encerrando, no documento era preciso constar as assinaturas, do declarante, geralmente, um dos pais e as testemunhas – por vezes, constando

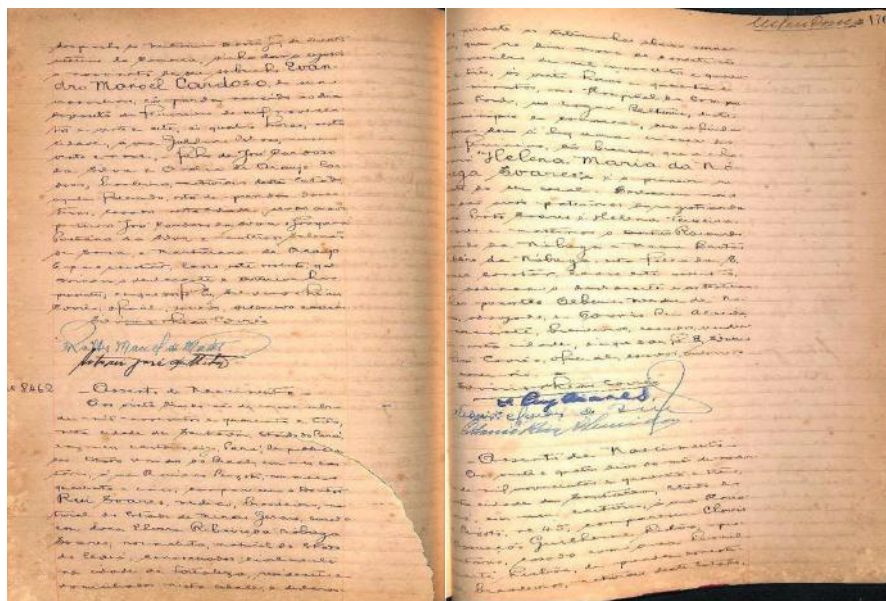
suas ocupações e residência. O escrivão do Cartório, responsável por lavrar o documento, também assinava ao final.

Observe a seguir, a imagem do **assento de nascimento** de número 8.642, de 1943e, logo abaixo, sua transcrição.

### Documento: Assento de nascimento 8.462

#### Parte 1

#### Parte 2



Fonte: Centro de Documentação Histórica do Baixo Amazonas (CDHBA), Fundo Cartório Sousa Alho. SANTARÉM, Livro de Assentos de Nascimento A-28, fls. 169v-170, 1943.

### Transcrição do Assento de Nascimento nº 8.462

Aos vinte dias do mês de novembro de mil novecentos e quarenta e três, nesta cidade de Santarém, Estado do Pará, em meu cartorio, digo, Pará: Republica dos Estados Unidos do Brasil, em meu cartorio, à rua Floriano Peixoto, numero quarenta e cinco, compareceu o Doutor Rui Soares, medico, brasileiro, natural do Estado de Minas Gerais, casado com dona Elvira Ribeiro da Nóbrega Soares, normalista, natural do Estado do Ceará, consorciados civilmente na cidade de Fortaleza, residentes e domiciliados nesta cidade, e declarou, perante as testemunhas abaixo assinadas, que no dia nove do corrente mês de novembro de mil novecentos e quarenta e três, às vinte horas e quarenta e cinco minutos, no Hospital da Companhia Ford, no lugar Belterra, deste municipio e comarca, sua referida esposa deu à luz uma criança do sexo feminino, côr branca, que se chamará "Helena Maria da Nóbrega Soares" e é o primeiro rebento do seu casal. Declarou mais que são avós paternos da registranda

José Pinto Soares e Helena Teixeira Soares e maternos o Doutor Raimundo “Garrido (?)” da Nóbrega e Maria Dantas Ribeiro da Nóbrega, esta falecida. E para constar, lavro este assento, que assinam o declarante e as testemunhas presentes Alberico Mendes Novóia, advogado, e Adorico Reis Almeida, comerciante, brasileiros, casados, residentes nesta cidade, do que dou fé. Eu Silverio Leau Corrêa, oficial escrevi, subscrevo e assino. Silverio Leau Corrêa; Ruy Soares; Alberico Mendes Novóia; Odorico Reis Almeida.

A escrituração do documento variou ao longo do século XX, mas, nos anos 1940, eram essas as informações que deveriam estar presentes em um assento de nascimento, que, pelo menos no caso aqui tratado, era feito à mão. Às vezes, um detalhe ou outropoderia variar, mas eram esses os dados essenciais.

Como foi afirmado anteriormente, geralmente, a criança não era registrada imediatamente após o seu nascimento, como acontece hoje, havia um lapso entre a data de nascimento e a data do registro, fato que implicava em um número considerável de pessoas que mesmo na idade adulta, não possuíam o documento. Ainda hoje ocorrem situações como esta. Entre as condições que ocasionavam esta defasagem estão: distância entre o local de nascimento e o Cartório, condição financeira dos pais, entre outras, fatores que podem oferecer indícios para pesquisas que queiram analisar as condições sociais das famílias, por exemplo. Aos registrados, dados como o local de nascimento – se em Hospital ou em casa (certamente, por mãos de parteira) – podem dizer muito também sobre as condições sociais dos bebês. Outro dado que não pode ser menosprezado é o lugar de nascimento, já que muitos nasciam em comunidades e apenas faziam o registro na cidade. Diferente dos dias de hoje, não era comum os pais da criança fazerem o registro. Em geral, isso era papel para alguém que possuía a confiança de comunitários, já que era muito frequente um mesmo declarante fazer o registro para vários pais.

Num país miscigenado como o Brasil, a cor da criança é uma informação essencial e o estudo desse aspecto tem se revelado de grande importância. É fundamental saber quais eram os tipos físicos mais comuns que nasciam na região, ainda que essa classificação possa refletir muito mais o ponto de vista de quem o registrou, ou seja, do escrivão do Cartório. Essa instituição, herdeira do período colonial, era comandada pelas pessoas consideradas mais

importantes do lugar. Elas tinham, até a Constituição de 1988, o direito de passar os seus estabelecimentos para membros de sua própria família, o que talvez fosse mais apropriado considerar um privilégio, fato um tanto surpreendente em uma sociedade que se pretende liberal ficando, assim, mais uma sugestão de pesquisa para aqueles que se interessam em saber mais sobre quem as elites locais de um determinado lugar. Bastará saber apenas quem está à frente dos Cartórios.

As possibilidades de investigação com um documento como esse são as mais variadas, mas, neste capítulo, pretende-se privilegiar as informações relevantes para se pensar o tema das migrações, que podem ser analisadas por meio das informações constantes nos registros de nascimento, como a naturalidade dos pais das crianças registradas e, às vezes, a dos avós. Informações relevantes quando o objetivo é conhecer com maiores detalhes os fluxos migratórios.

Nosso interesse neste capítulo é tratar sobre um dos processos de intenso fluxo migratório na Amazônia. Nesta região houve ao menos três importantes movimentos de migrantes, o primeiro deles foi de fins do século XIX até início do século XX, no que ficou conhecido como período áureo da borracha. Nesse período, Amazônia recebeu pessoas de diversos países, como Espanha, Portugal, Itália, Líbano e, também recebeu imigrantes nacionais, com destaque para os nordestinos que estiveram presentes em grande número (EMMI, 2013).

O segundo ocorreu durante a Segunda Guerra Mundial quando houve grande incremento da extração de látex na floresta principalmente para alimentar a indústria armamentista e automobilística. Com isso, ocorreu uma forte migração de trabalhadores provenientes do Nordeste para a região, os chamados “Soldados da Borracha”. O modo genérico com que essa migração é referida, falando-se simplesmente de migrantes “nordestinos”, ou seja, sem distinguir de qual dos nove estados do Nordeste vieram esses trabalhadores e trabalhadoras, já demonstra o potencial esclarecedor de documentos como este. Embora as populações do Nordeste fossem o grupo predominante, na verdade, a Amazônia passou por um processo migratório que a fez receber pessoas de diversos estados do Brasil e também pessoas oriundas do exterior.

O terceiro **movimento migratório**, que abordaremos neste capítulo, ocorreu de 1934 a 1945, período no qual a Ford Motor



Company, sediada em Dearborn, Michigan, Estados Unidos, negociou com o governo brasileiro e fundou a Companhia Ford Industrial do Brasil (CFIB), empresa responsável por construir duas cidades no interior da Amazônia, Fordlândia e Belterra, sendo esta última objeto de interesse deste capítulo, abordado na seção a seguir.



## HISTÓRIA EM DOCUMENTOS

### PROCESSO MIGRATÓRIO NA AMAZÔNIA SONHADA POR FORD

Foram, certamente, as oportunidades financeiras oferecidas pela Companhia Ford Industrial do Brasil (CFIB), o principal fator que motivou o “Doutor” Rui Soares, médico, natural de Minas Gerais, e sua esposa, a normalista Elvira Ribeiro da Nóbrega Soares, natural do Ceará, a **emigrar** para Belterra. Como mostra o documento, transcrito na primeira seção deste capítulo, os dois se casaram em Fortaleza, mas em 1943, estavam em Belterra, onde tiveram sua primeira filha, Helena Maria da Nóbrega Soares, de “cor branca” nascida no Hospital da Companhia Ford, no dia nove de novembro do referido ano, às vinte horas e quarenta e cinco minutos. Mesmo ano e mês, no qual seu pai a registrou no cartório.

Também não deve ter sido muito diferente a motivação do casal e Nelly Soderer Towerseed de emigrarem para Belterra. Edward nasceu nos Estados Unidos e era funcionário da Companhia Ford, enquanto ela, de “**prendas domésticas**”, nasceu em São Paulo, mesmo estado onde se casou com Edward. Eles foram pais de uma criança “de cor branca”, de nome Tancredo Soderer Towerseed, o primeiro filho do casal, nascido no dia 6 de dezembro de 1942, às nove horas da manhã, também no Hospital da Companhia Ford em Belterra. Seu registro foi feito no dia 16 do mesmo mês, pelo Sr. Paulo Rodrigues dos Santos, “comerciário”, residente em Santarém. Os avós paternos de Tancredo eram Charles Henry Tyler Towerseed e Margaret Lyer Towerseed, e maternos Fernando Martins Soderer e Paula Rodrigues Soderer.

Eleuterio Caitano dos Santos, lavrador, e Maria de Lourdes dos Santos, de “prendas domésticas”, ambos nascidos no Estado do

Ceará, à semelhança dos casais referidos anteriormente, também compuseram o número de **imigrantes** que estiveram na região amazônica, por conta das oportunidades de trabalho oferecidas pela Companhia Ford. Eles se casaram em São Luiz de Curú, no Ceará, mas em 1943, estavam em Belterra, onde, às duas horas, do dia 3 de setembro, do referido ano, nasceu sua filha Maria Ismar dos Santos, de “côr morena”. A pequena Ismar foi registrada no Cartório, no dia 9 de setembro do mesmo ano, pelo Sr. Paulo Rodrigues dos Santos, “agente comercial”, residente em Santarém. Portanto, pode-se observar que tanto Ismar, quanto Tancredo, foram registrados pelo mesmo indivíduo.

A oportunidade de ocupar uma função na CFIB, talvez seja uma das poucas características que une essas três famílias. Fica claro, como se pode notar nas informações coletadas nos registros de nascimentos aqui apresentados, que as três famílias não ocupavam o mesmo lugar socioeconômico, no espaço urbano construído pela empresa de Ford em Belterra. Afinal, um dos trabalhadores, o Sr. Lyer Towrserd era norte-americano e como os demais, seus compatriotas, foi para Belterra, ocupar, provavelmente, um cargo relacionado a parte administrativa da empresa, ou outra função que requer uma formação específica, os “graduados”, como denominavam naquele período, profissionais que ocupavam funções consideradas mais importantes. Já o “Doutor” Rui Soares, certamente, emigrou para ocupar a “importante” função de médico no Hospital da Companhia, onde nasceu sua filha e o filho do Sr Towrsed. Enquanto o Sr. Eleuterio Caitano dos Santos, migrante cearense, ocupava a função de lavrador, portanto, uma função para a qual não era exigido um alto grau de instrução ou escolarização formal. Situação esta, que nos faz supor que, as três famílias não gozavam das mesmas benesses.

Como afirmamos na primeira seção deste texto, os registros de nascimento, podem ser fontes importantes para pensar o processo migratório. Para o período de interesse desta pesquisa, consultamos o acervo do Centro de Documentação Histórica do Baixo Amazonas (CDHBA), nos anos de 1934 a 1945. Não foram encontrados registros de nascimento somente nos anos de 1934, 1935 e 1936, portanto, esses três primeiros anos não constam nos dados apresentados. Mas, os dados coletados de 1937 a 1945 podem sugerir algumas questões, como veremos no decorrer deste texto.



Nesse período foram registradas no Cartório Souza Alho, situado em Santarém, 246 pessoas nascidas em Belterra. Como mostra o quadro a seguir:

**Quadro 1 - Relação de quantidade de pessoas nascidas em Belterra entre de 1937 e 1945**

1937	1938	1939	1940	1941	1942	1943	1944	1945
4	1	4	19	13	38	53	34	74

**Fonte:** CDHBA, Fundo Cartório Sousa Alho. SANTARÉM, Livros de Assentos de Nascimento A-22 - A-35, 1937-1945.

Podemos ver que a partir de 1942 o número de assentos de nascimento aumentou. Em muitos destes documentos constam a ocupação exercida pelos pais da pessoa registrada. Com base nesses dados elaboramos um parcial, mas importante panorama das principais profissões exercidas pelos migrantes do sexo masculino, nas terras ocupadas pela CFIB:

**Quadro 2 - Ocupação exercida pelos migrantes em Belterra (1937-1945)**

OCUPAÇÃO	QUANTIDADE
Prático de Farmácia	1
Agricultor	3
Artista	5
Artista-carpinteiro	1
Carpinteiro	10
Chofer	1
Cirurgião dentista	1
Comerciante	10
Comerciário	11
Cozinheiro	1
Criador	3
Engenheiro mecânico	1

Funcionário da Companhia Ford Industrialdo Brasil	13
Funcionário Federal	1
Guarda-livros	3
Industriário	1
Lavrador	25
Marítimo	1
Mecânico	5
Médico	3
Não especificado/Ignorado	126
Operário	7
Pastor Evangélico	1
Prático de Engenharia Civil	2
Químico	1
Técnico de Laboratório	2
Técnico de Plantação de Borracha	1
Telegrafista	1

**Fonte:** CDHBA, Fundo Cartório Sousa Alho. SANTARÉM, Livros de Assentos de Nascimento A-22 - A-35,1937-1945.

Podemos observar uma diversidade de ocupações, muitas das quais necessitavam de um conhecimento específico para serem realizadas, como a função de técnico de laboratório, médico, químico, técnico de plantação de borracha, prático de engenharia civil. Essas funções especializadas eram realizadas pelos chamados “graduados”, que como o próprio nome sugere, precisava de certo grau de instrução para que fossem exercidas. Nota-se que eram ocupações que contavam com um quantitativo menor de pessoas, eram os considerados privilegiados, que ocupavam as melhores residências na cidade construída pela CFIB. Os comerciantes ou comerciários, ambas as grafias se referem a mesma função, constam em número expressivo. Os lavradores também constam em importante quantidade. Essa função era ocupada por funcionários da CFIB, mas havia também os lavradores das pequenas propriedades onde se praticava a atividade agrícola extrativa, que dividiam o espaço com as terras da Companhia. Provavelmente, eram lavradores que já habitavam a região antes da empresa se instalar lá (LOURENÇO, 1999).

Alguns registros apenas informam que o pai da criança nascida era funcionário da CIFB, não especificando a ocupação. Outros informam a ocupação, mas não indicam o local de trabalho. Provavelmente, muitas das funções específicas, citadas no início do parágrafo anterior, eram exercidas por funcionários da CFIB. Por exemplo, a função de técnico em plantação de borracha, encontrada no registro de número 6.811, do livro A- 24, do acervo do CDHBA, era exercida por um norte-americano, portanto, certamente, trava-se de um funcionário da CFIB, assim como deixa ver o próprio nome da função exercida, visto que a plantação de borracha era o principal objetivo da empresa de Ford.

Nota-se também no quadro 2, uma quantidade de sete indivíduos que exerceram a função de operário, destes cinco eram migrantes cearenses, conforme verificamos nos documentos. Certamente houve uma quantidade bem maior do que a encontrada nos registros de nascimento, pois era necessário um número expressivo de operários, para manter a CFIB em funcionamento. Embora exigisse algum grau de conhecimento técnico para o exercício dessa função, na maioria das vezes, não era necessário um alto grau de escolarização.

Os indivíduos que exerceram essas funções apresentadas no quadro 2, são alguns dos personagens que compõem parte da história dos intentos de Henry Ford, na Amazônia, e que estiveram em Belterra no período da saga da CFIB, na região. Esta empresa havia se instalado, no ano de 1928, primeiramente, na localidade de Boa Vista, às margens do rio Tapajós, onde seria construída a cidade de Fordlândia, atual, distrito de Aveiro, no Pará. No referido ano, aportava na região os navios Lake Ormock e Farge para desembarcar o maquinário e funcionários, como médico, engenheiro, contador e alguns gerentes, que dariam início à tentativa de Ford de produzir látex, matéria-prima necessária para atender às necessidades da sua indústria de fabricação de automóveis, localizada em Detroit. Com esse empreendimento, Ford pretendia fugir do monopólio britânico de produção do látex, que encarecia os produtos da sua indústria.

Após as negociações entre o governo estadual paraense e a Ford Motor Company foi concedida a esta última uma extensa área na região onde viria a ser construída Fordlândia. A extensão da propriedade era “[...] comparável em tamanho a um estado americano de porte médio.” (GRANDIN, 2010, p. 17). Nesta área,

a predominante paisagem de floresta deu lugar a uma localidade planejada, construída sob os padrões de cidades norte-americanas. Eram os braços do capital se estendendo, uma vez mais, sobre Amazônia brasileira, semelhante ao que havia ocorrido em outros pontos dessa região, em outros períodos históricos, como mencionamos na primeira seção deste capítulo.

Fordlândia, a cidade edificada pela CFIB, contou com a construção de 2.000 casas, um hospital, uma serraria, entre outras construções, causando admiração naqueles que por lá passaram, devido à sua “[...] soberba infraestrutura, sem rival a milhares de quilômetros, em qualquer direção. As casas de madeira bem alinhadas, os alojamentos, armazéns e refeitórios, arrancavam elogios de visitantes brasileiros [...]” (DEAN, 1989, p. 114).

Entretanto, tal façanha, desde o início, custou a vida de muitas pessoas. “Exaustão e doenças dominavam os trabalhadores contratados que compunham a primeira equipe de Fordlândia quando eles abriam caminho na densa floresta com facões e machados.” (GRANDIN, 2020, p. 148). Estes trabalhadores estavam expostos a ataques de animais peçonhentos e de insetos que provocam doenças, contribuindo assim para uma alta taxa de mortalidade.

### **Imagem 1 - “Trabalhadores da limpeza da floresta em pose para a foto”**



**Fonte:** GRANDIN, G. **Fordlândia:** ascensão e queda da cidade esquecida Henry Ford na selva. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.

À época o governo estadual concedeu à Companhia Ford ampla anuência para usufruto do local, como a isenção de impostos por um período de cinquenta anos, além da permissão para a realização de atividades agrícolas, exploração mineral, construção de estradas, portos e edifícios, sem que para isso fosse necessária qualquer aprovação prévia de órgãos governamentais brasileiros. Portanto, a empresa tinha considerável autonomia para gerir sua concessão, que se deu com a utilização da mão-de-obra oriunda de regiões próximas, mas também de outros estados e do exterior. Essa abertura de vagas de trabalho contribuiu para o fluxo migratório na região oeste do Pará, naquele período.

Apesar de todos os benefícios governamentais dispensados à CFIB, os problemas não tardaram em aparecer em Fordlândia. Nem a natureza, nem as relações entre os migrantes brasileiros e os norte-americanos pareciam querer contribuir com os intentos fordistas na região. O objetivo da Companhia de realizar o plantio da *Hevea Brasiliensis*, a popular seringueira, no regime de plantation, para não ter que depender da borracha britânica, aos poucos foi sendo frustrado.

O plantio da seringueira, realizado pela CFIB, não respeitou a distância necessária entre as árvores, fato revelador da falta de planejamento e estudo da área por parte da empresa. A proximidade entre as seringueiras funcionava como um facilitador na disseminação do *Microcyclus*, popularmente conhecido como fungo das folhas, que se alastrava pelo seringal causando o apodrecimento das árvores.

Constatou-se no decorrer do tempo que a própria escolha da área onde foi fundada Fordlândia, não era apropriada para atingir os objetivos da CFIB. A área estava localizada numa região de desnível que sofria inundações frequentes, dificultando a aplicação de pesticidas. Além disso, sua proximidade com o rio favorecia a incidência de mosquitos e, conseqüentemente, de doenças, como a febre amarela, por exemplo.

Os migrantes contratados pela Companhia Ford, para desenvolver o trabalho, se mostraram insatisfeitos em diversas ocasiões. Nesse sentido, ficou bem conhecido o movimento do “Quebra Panelas”, ocorrido no dia 2 de dezembro de 1930, quando os trabalhadores, em protesto, quebraram diversos espaços da CFIB, como o refeitório, o porto e a central de comunicações, deixando

um prejuízo de 25 mil dólares para a empresa. Os trabalhadores reivindicavam, entre outras coisas, o fornecimento de alimentação adequada aos costumes locais. Os norte-americanos queriam impor hábitos alimentares incomuns às pessoas da região. Decidiram proibir o consumo de farinha, por exemplo. Os trabalhadores reagiram provocando perdas financeiras à CFIB, pelo que foram punidos com a prisão dos líderes do movimento e a demissão de muitos funcionários.

Este é somente um dos muitos problemas com o qual a CFIB se deparou na gestão dos seus funcionários em Fordlândia. Essas e outras adversidades impulsionaram a empresa a buscar um espaço de atuação que atendesse melhor aos seus objetivos. Surgiu como possibilidade a exploração de outra localidade, desta vez numa área de planalto, que ao menos não traria os problemas de alagamento recorrentes na primeira instalação. Assim, a CFIB trocou uma área de Fordlândia, por outra equivalente em tamanho (202 mil hectares), na região onde foi fundada Belterra, no ano de 1934.

Em Belterra foram construídas instalações semelhantes às de Fordlândia, “[...] nos moldes das cidades-empresa já experimentadas nos Estados Unidos.” (PEREIRA, 2013, p. 136). Aos poucos foram sendo erigidas as habitações, como o hospital, as escolas, as igrejas, a serraria entre outras edificações, que foram construídas para receber os migrantes que lá se instalaram. Esses migrantes, além dos norte-americanos e estrangeiros de outras nacionalidades, eram em sua maioria compostos por brasileiros. Gente das proximidades de Belterra ou paraenses que chegavam de lugares mais distantes, mas também pessoas de outros estados, com destaque para os nordestinos, que compuseram a população local, em quantidade expressiva.

Como informado na primeira seção deste texto, nos registros de nascimento, geralmente constam a naturalidade dos pais das pessoas registradas. Com base nessas informações, elaboramos os quadros a seguir, que apresentam um aspecto da origem dos migrantes que estiveram em Belterra no período da CFIB:

**Quadro 2 - Naturalidade dos pais das pessoas registradas - Belterra (1937-1945)**

<b>LOCAL DE NASCIMENTO</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Bahia	1
Brasileiro	29
Ceará	10
China	1
Rio de Janeiro (Distrito Federal)	1
Escócia	1
Estônia	2
Inglaterra	1
Jaú (São Paulo)	1
Maranhão	2
Não especificado/Ignorado	61
Norte americano	2
Ohio (EUA)	1
Pará	123
Paris (França)	1
Pernambuco	1
Portugal	1
Rio Grande do Norte	1
São Paulo	2
Minas Gerais	1
Washington (EUA)	1

**Fonte:** CDHBA, Fundo Cartório Sousa Alho. SANTARÉM, Livros de Assentos de Nascimento A-22 – A-35,1937-1945 .

Nota-se, que o número de estrangeiros é pequeno, constando apenas 6 europeus, 4 norte-americanos e 1 chinês. Os brasileiros constam em um número de 171 pessoas, sendo que destas, 123 eram paraenses e 15 nordestinos. Podemos também observar que dos 246 registros analisados, 61 não informaram a naturalidade do pai. Portanto, um número bem expressivo, que provavelmente, se mencionados aumentaria o número de pessoas oriundas do Nordeste, visto que outras pesquisas realizadas apontam para este fato.



**Quadro 3 - Naturalidade de mães das pessoas registradas - Belterra (1937-1945)**

LOCAL DE NASCIMENTO	QUANTIDADE
Acre	1
Amazonas	3
Ananindeua (Pará)	1
Bahia	1
Brasileira	32
Ceará	9
Curitiba (Paraná)	1
EUA	1
Inglaterra	1
Maranhão	1
Mato Grosso	1
Não especificado	36
Pará	149
Portugal	2
Rio Grande do Norte	1
São Paulo	1

**Fonte:** CDHBA, Fundo Cartório Sousa Alho. SANTARÉM, Livros de Assentos de Nascimento A-22 - A-35. Santarém, 1937-1945.

Quanto à naturalidade da mãe, podemos observar que apenas 3 são europeias e 1 é norte-americana. A maioria são brasileiras, destas 150 são paraenses, visto que a registrada como sendo natural de Ananindeua, também entra nesta conta. Percebemos, portanto, que não havia um padrão nos registros em relação à naturalidade, pois ora alguns registros fazem referência a países, ora a estados e outros ainda, a municípios, fato que dificulta uma análise mais específica. Mas, numa análise geral, podemos ver confirmados os dados de outras pesquisas realizadas, como um maior número de migrantes nordestinos, que no caso da naturalidade das mães os dados apontam para o número de 12 procedentes do nordeste. Número que poderia ser maior se não fossem os 36 registros que omitiram essa informação.

Comparando os dados relativos à naturalidade dos pais e das mães podemos observar um maior número de mães paraenses em

relação aos pais, o que sugere o casamento entre homens que vieram de outros estados e mulheres paraenses. Pode-se notar também, um menor número de mães europeias e americanas em relação aos pais. Neste caso, como se trata de um número menor, podemos apresentar algo mais específico, por exemplo, o registro sob o número 6.851, informa que o pai, nascido na Estônia, teve filho com uma mulher paraense (CDHBA, Fundo Cartório Sousa Alho, Livro A-25, fls. 14-14v). Assim como o registro de número 6.678, que aponta Paris, como a naturalidade do pai e o Pará, como a naturalidade da mãe (CDHBA, Fundo Cartório Sousa Alho, Livro A-24, fl. 129). Assim, podemos perceber, que esse processo migratório foi também responsável por estabelecer laços duradouros entre paraenses e europeus.

Todos estes migrantes estiveram em Belterra cumprindo uma função para que a CFIB, se mantivesse em atividade. Entre os contratados pela CFIB, estavam mulheres e crianças, que recebiam salários inferiores aos pagos para os homens. É possível verificar, tomando o ano de 1944 como referência, as diferenças salariais entre os menores de idade, as mulheres e os homens, para a categoria “Lavrador - Classe C”. Até a idade de 16 anos, as moças e os rapazes ganhavam Cr\$0,50 por hora; com 17 anos este valor subia para Cr\$ 0,625 e aos 18 anos eles passavam para o salário final, que era diferenciado: para as mulheres era de Cr\$ 0,75 e para os homens era de Cr\$ 1,125, também por hora (LOURENÇO, 1999).

No quadro a seguir apresentamos, com base nos assentos de nascimentos, consultados no CDHBA, as principais ocupações exercidas por mulheres na cidade construída pela CFIB:

#### **Quadro 4 - Ocupações das mulheres migrantes em Belterra (1937-1945)**

OCUPAÇÃO	QUANTIDADE
Auxiliar de escritório	1
De prendas domésticas	70
Doméstica	36
Lavadora	9
Não especificado/Ignorado	124
Normalista/Professora	3

**Fonte:** CDHBA, Fundo Cartório SousaAlho. SANTARÉM. Livros de Assentos de Nascimento A-22-A-35. Santarém, 1937-1945.

Apesar de a CIFB também contratar mulheres, como informado na pesquisa realizada por Elaine Lourenço, nos assentos de nascimento não encontramos nenhuma mulher que constasse como funcionária da empresa de Ford, entretanto, podemos inferir que parte das lavradoras o eram, já que Lourenço, encontrou fontes que comprovam o trabalho de mulheres contratadas pela CFIB. Tanto assim que a empresa construiu uma creche onde ficavam os filhos das trabalhadoras, como podemos ver no relato feito por um filho de seringueiros, no alto dos seus 71 anos, com base em suas memórias de infância:

Eu cresci junto com esse seringal, porque quando meus pais estiveram aqui, o meu pai era empregado, funcionário, ele morreu em 1941, eu mal o conheci, eu estava com 2 anos. Então, eu fiquei na creche. E a minha mãe foi obrigada a se empregar pra trabalhar no Projeto Ford. (PEREIRA, 2019, p. 88)

Embora não se tenha dúvidas em relação à participação das mulheres no empreendimento Ford, o que o quadro 4 deixa claro é a predominância de mulheres que não exerciam trabalho fora de casa, situação comum às mulheres do início do século XX. Consta apenas 1 como auxiliar de escritório e 3 como normalistas, isto é, professoras que, provavelmente, exerciam a profissão nas escolas construídas pela CFIB, em Belterra.

Além das profissões apresentadas, a disposição das construções na área urbanizada pela CIFB diz muito acerca das desigualdades socioeconômicas que marcaram as relações entre os habitantes do local. Para acompanharmos, de forma sintetizada, os modos sob quais estavam organizados a distribuição dos espaços em Belterra e como isso se relacionava com a hierarquia entre os funcionários da empresa, vamos nos servir dos estudos realizados pelo pesquisador José Carlos Matos Pereira, que retrata bem essa questão.

Segundo Pereira, os norte-americanos residiam na Vila Americana, local construído especialmente para os altos funcionários da CIFB, como o funcionário Edward Lyer Towrserd, por exemplo, citado no início deste capítulo. As casas eram amplas e confortáveis e cobertas com telhas francesas.

## Imagem 2 - Residência na Vila Americana



**Fonte:** PEREIRA, J. C. M. *Amazônia: a fala do desenvolvimento e os modos de vida na cidade*. Rio de Janeiro: Mauad, 2019.

Os habitantes desta Vila tinham garantidos o usufruto das atrações do Club House, espaço construído para o lazer dos funcionários “graduados”. Dispunham ainda de dois campos de golfe, quadras de tênis e piscina. O Hospital Henry Ford estava localizado nas proximidades dessa Vila também, garantindo aos moradores o privilégio do pronto acesso aos serviços médicos na medida de suas necessidades. Gastão Cruls, o médico sanitarista que residia no Rio de Janeiro e visitou Belterra, em 1938, teve as melhores impressões do hospital da Companhia:

Com capacidade para 40 doentes, embora de instalação singela, tem tudo o que pede a ciência moderna. Laboratório, farmácia, Raios X, sala de operações permitem-lhe não só as mais precisas investigações diagnósticas, como o recurso terapêutico das mais sérias intervenções cirúrgicas (CRULS, 1939, p. 13).

Segundo Pereira, o Hospital tinha cerca de 41 funcionários. Lá os profissionais da saúde, médicos e enfermeiros desenvolviam seus trabalhos sempre com a supervisão de um médico norte-americano. Além dos atendimentos clínicos e cirúrgicos o Hospital contribuiu na realização de partos de muitos belterrenses. Nos registros

de nascimento que pesquisamos, por exemplo, encontramos informações a esse respeito. Ainda que a maioria dos registros não tenha especificado o local de nascimento, indicando apenas o nome do lugar, em alguns foi possível verificar que ao menos 35 nasceram no Hospital Henry Ford, como pode ser notado no quadro a seguir, onde também podemos verificar que a despeito da intensa atuação daquela instituição de saúde, muitos belterrenses, nasciam em casa, provavelmente, pelas mãos de parteiras.

### **Quadro 5 - Local de nascimentos dos nascidos em Belterra de 1937 a 1945**

LOCAL DE NASCIMENTO	QUANTITATIVO
Aramaná	4
Sede Companhia Ford Industrial do Brasil	1
Companhia Ford Industrial do Brasil, Belterra	4
Estrada 1	4
Estrada 2	1
Estrada 4	4
Estrada 1, Belterra Concessão Ford, Casa 58	1
Estrada 1, Belterra Concessão Ford, Rua Nova, Casa 201	2
Estrada 1, Belterra, nº 7	1
Hospital da Companhia Ford Industrial do Brasil, Belterra	35
Vila 129, Estrada 6	1
Vila Piquiá	1
Vila Ribeiro, Estrada 4, nº 17	1

**Fonte:** CDHBA, Fundo Cartório Sousa Alho. SANTARÉM. Livros de Assentos de Nascimento. A-22 - A-35. 1937-1945.

Ainda nas adjacências da Vila Americana estavam localizadas duas casas, construídas especialmente para os médicos e outras 17 casas, para abrigar outros funcionários que trabalhavam no Hospital Henry Ford; e ainda o hotel, que acomodava funcionários e visitantes.

Na Vila Mensalista moravam os profissionais brasileiros ou de outras nacionalidades, que não a norte-americana, que possuíam alguma especialização, eram também considerados “graduados”.

Trabalhavam em cargos administrativos ou em outras áreas, como a farmacêutica, por exemplo. Nesta Vila, as casas “[...] eram menores, se comparadas às casas dos americanos, mas confortáveis.” (PEREIRA, 2019, p. 99). O nome dessa Vila se devia ao fato de que os seus habitantes eram aqueles que recebiam salários mensais. Em contraste com a maioria dos demais trabalhadores, que recebiam por quinzena (LOURENÇO, 1999).

Já a Vila Operária servia de habitação para aqueles funcionários com especialidades importantes, mas que eram tidos, comparativamente, em um nível abaixo dos moradores das outras vilas anteriormente mencionadas, como os mecânicos, marceneiros e torneiros mecânicos, por exemplo.

As Vilas Viveiros I e II, abrigavam os trabalhadores responsáveis pelas mudas de seringueiras, enquanto a Vila 129 era destinada aos que faziam diversos tipos de atividades braçais. Mas, “[...] a categoria mais baixa na hierarquia sociofuncional da empresa, os campeiros e seringueiros, não morava em casas com o padrão de vila” (PEREIRA, 2019, p. 103). As casas eram de palha, não havia piso, nem água, luz ou telefone. Seus habitantes “[...] eram trabalhadores que desenvolviam atividades braçais no campo, como derrubar mata, abrir estradas, cavar buracos com a ajuda do terçado e enxada, plantar mudas das seringueiras.” (PEREIRA, 2019, p. 103).

### **Imagem 3 - Casa de palha que abrigava trabalhadores braçais**



**Fonte:** PEREIRA, J. C. M. **Amazônia:** a fala do desenvolvimento e os modos de vida na cidade. Rio de Janeiro: Mauad, 2019. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em: 7 de abril de 2021.

A partir dessa exposição resumida de como foi pensado e efetivado o traçado urbano de Belterra, pode-se ter uma ideia das condições habitacionais que marcavam as diferenças socioeconômicas entre os trabalhadores menos especializados e os graduados. Essa divisão do espaço urbano “serviu para naturalizar a diferença e as hierarquias sociais entre “superiores” e “inferiores” que se davam na execução do trabalho (PEREIRA, 2013, p. 143).

As condições de trabalho às quais eram submetidos esses trabalhadores, contrastava em muito ao que estavam habituados. A Companhia Ford, impôs um ritmo de trabalho muito rígido, cronometrado, marcado pelo apito, instalado na estrutura da caixa de água, exatamente por ser um local de grande altitude, que contribuiria para que o som fosse propagado e, então, pudesse ser ouvido de longe, contribuindo para a disciplinarização dos trabalhadores.

[...] há uma permanente tensão entre os novos hábitos que ela [a Companhia Ford] procura introduzir e o modo de vida da população local. A atração dos migrantes nordestinos também não é capaz de diluir este conflito, visto que tais pessoas também não introjetaram as novas normas exigidas pela disciplina capitalista, que valoriza a produção e o tempo a ela destinado (LOURENÇO, 1999, p. 174).

Essa rigidez no controle dos trabalhadores contribuiu para a rotatividade de mão- de-obra na Companhia: “[...] havia anos em que mais da metade dos trabalhadores engajados pedia dispensa, às vezes não retornando nunca mais.” (LOURENÇO, 1999, p. 152). Insatisfeitos com o sistema imposto pelo fordismo muitos trabalhadores deixavam as atividades na empresa em busca de melhores condições, o que contribuía com o movimento do processo migratório. Desse modo, a empresa nunca conseguiu arremeter um quantitativo suficiente de funcionários para atingir seus objetivos.

A pesquisadora Elaine Lourenço destaca que diante da possibilidade de ocupar um pedaço de terra, em outras localidades, como as colônias agrícolas, por exemplo, os trabalhadores deixavam a empresa, pois não iriam, “[...] se sujeitar a trabalhar como



assalariado enquanto tivessem a possibilidade de produzir o seu sustento de forma autônoma.” (LOURENÇO, 1999, p. 139). Inclusive, a autora atribui a dificuldade de manter os migrantes por um tempo longo na Companhia, como a principal causa para explicar o fracasso dos empreendimentos de Ford em Belterra.

O médico Gastão Cruls, ao qual fizemos menção anteriormente, já afirmava em seu texto, publicado em 1940 que:

[...] o maior óbice com que vem lutando a empresa é o da falta de braços. Desde o início dos seus trabalhos, o máximo de homens que a concessão já pôde ter a seu serviço, foi, na Fordlândia, em 1931, 3.100. Esse número, entretanto, que mesmo agora precisaria ser mantido e até aumentado, caiu logo, e hoje não vai além de uns 1. 700 trabalhadores rurais, assim distribuídos pelas duas plantações: 1.200 em Belterra e 500 na Fordlândia. (CRULS, 1939, p. 14)

Desse modo, não conseguindo obter os lucros pretendidos na região, mas sim carregando na bagagem muitos prejuízos, a CFIB de lá se retirou, finalizando suas atividades oficialmente, no dia 24 de dezembro de 1945, pelo que obteve uma indenização do governo federal, para cobrir o montante investido na infraestrutura que deixou no local. A área passou, assim, a ser administrada pelo Instituto Agrônomo do Norte, que manteve por algum tempo em funcionamento as atividades, à semelhança do que fazia a Companhia. Os poucos migrantes trabalhadores que lá estavam no período, passaram a integrar a condição de funcionário público, vinculados ao Ministério da Agricultura.

A concessão de quantidade expressiva de terra que foi cedida à CFIB, assim como outras formas de exploração da Amazônia que a antecederam e a sucederam, era justificada pelas autoridades do mundo político, com base na afirmação de que na região havia um grande vazio demográfico, isto é, que as terras não eram habitadas, por isso precisavam ser ocupadas e desenvolvidas ao gosto do capitalismo. Entretanto, assim como visto na pesquisa realizada por Elaine Lourenço, que identificou a presença de lavradores na região, antes da chegada da CFIB, José Pereira também afirma que

[...] as terras doadas pelo governo do estado para a [CFIB] era habitada e que a ideia de vazio demográfico contido na “Fala do Desenvolvimento” não corresponde a realidade. Na localidade de Irussanga em Belterra, ainda hoje vivem 19 famílias que são descendentes daqueles grupos sociais que já habitavam a região antes da chegada dos americanos. [...] Isto representa a destruição dos modos de vida preexistentes para que novas modalidades produtivas pudessem ser instaladas. (PEREIRA, 2013, p. 137)

Nos documentos que consultamos, também encontramos indícios que corroboram com esta questão. Há, por exemplo, três registros realizados no ano de 1937, dois deles de pessoas nascidas em 1914 e um registro de pessoa nascida em 1971<sup>1</sup>. Os três registrados foram os próprios declarantes e afirmaram ter nascido em Aramaná, portanto, região onde anos depois seria fundada Belterra. Tratava-se, assim, de moradores que residiam no local antes da chegada dos norte-americanos.

Em síntese, de uma forma ou de outra, desde que a região foi ocupada pelos europeus no século XVII, repete-se a tentativa de apagamento das populações tradicionais. Portanto, a concepção de que a Amazônia era um grande vazio demográfico é um mito. Essa “[...] é a visão do conquistador, que vê a região como uma terra de ninguém e sem ninguém, pronta para ser ocupada e apropriada.” (ARAGÓN, 2013, p. 54) que em prol de seus interesses desconsiderava a cultura das populações que habitavam a região. Portanto, a criação de Fordlândia e Belterra foi mais um capítulo desse descaso com as populações locais.

---

<sup>1</sup> Trata-se dos registros 5.741, 5.742 e 5.977, que constam no livro A-22, no acervo do CBHBA

---

## Glossário

- **Assento de nascimento:** é o ato de registrar o nascido, no livro de registro cartorário. Diferente da certidão de nascimento, que é o documento emitido pelo cartório e entregue ao seu portador.
  - **Emigrar:** sair de seu local de origem para viver em outro. A esse processo chamamos emigração.
  - **Emigrante:** aquele que emigra, ou seja, sai de local de origem para viver em outro. Do ponto de vista do seu lugar de origem é emigrante.
  - **Imigração:** Ato de imigrar, de entrar provisória ou permanentemente num país estrangeiro, ou região em seu próprio país para nele fixar residência. A esse processo chamamos imigração.
  - **Imigrante:** aquele que imigra, ou seja, aquele que entra em um país estrangeiro, com o objetivo de residir ou trabalhar.
  - **Migrante:** O que migra, muda de região ou de país. Do ponto de vista do local de destino é um imigrante.
  - **Movimentos migratórios:** movimento de pessoas que deixam seu local de nascimento, seu lugar de origem, e se deslocam para outro lugar.
  - **Prendas domésticas:** termo utilizado para se referir às atividades domésticas, realizadas pelas mulheres no âmbito do seu próprio lar nasceu.
- 



## APRENDENDO COM DOCUMENTOS

### PRATICANDO O CONHECIMENTO

#### 1ª Fase –Descrevendo o documento

Observe o documento reproduzido e transcrito no início deste capítulo e os outros dois documentos citados na “Seção conhecimento histórico” do texto. Faça a leitura atenta dos mesmos e retire as informações solicitadas:

- Destaque as palavras que são novas para você e aquelas que foram mais difíceis de ler;
- Procure o significado dos termos desconhecidos;
- Identifique os nomes das pessoas e as profissões;
- Apresente os principais dados do documento.

## **2ª Fase – Identificando a natureza do documento**

- As informações tratam sobre qual tipo de documentação?
- Qual o número do registro?
- O registro é referente a que dia, mês e ano?
- Quais os lugares citados no documento?
- Qual o nome das crianças registradas? Em que dia, hora e lugar ocorreu os respectivos nascimentos? Quem são os seus pais? Quais os nomes dos avós paternos e maternos?
- Qual a naturalidade, ocupação e o estado civil dos pais da criança?

## **3ª Fase – Analisando os documentos**

- Segundo José Pereira (PEREIRA, 2019, p. 59), Henry Ford não acreditava na igualdade entre os homens. Para embasar sua assertiva, o autor apresentou um trecho do livro de Ford, intitulado “Os princípios da prosperidade”, onde contém a seguinte afirmação: “Não há maior absurdo do que pretender a igualdade entre os homens. A natureza os fez desiguais e toda a concepção democrática que intenta igualá-la, resulta, pois de um esforço que retarda o progresso.”. Nas instalações da Companhia Ford no espaço urbanizado de Belterra, podemos ver essa desigualdade materializada na construção das moradias. De acordo com as informações que constam na certidão de nascimento, apresentada no início deste capítulo e nas outras duas que compõem o texto da seção de conhecimento histórico, responda as questões a seguir:
- Qual lugar/vila você imagina que cada família morava?
- Que tipos de relações os componentes dessas três famílias, provavelmente, possuíam entre si? A hierarquia imposta pela estrutura socioeconômica influenciava os relacionamentos? Elabore uma narrativa fictícia, situada na Belterra da década de 1940, onde os personagens das certidões apresentadas se encontram e precisam estabelecer um diálogo.

- Quais são as profissões das mulheres que constam nas certidões? O que essas informações podem sugerir a respeito do papel reservado às mulheres, na sociedade do início do século XX?
- Você observou que nos três documentos apresentados neste capítulo, consta a cor das crianças. Nesse sentido, faça uma pesquisa sobre os motivos pelos quais essas informações eram registradas na certidão de nascimento e se informe se elas ainda são apresentadas nas certidões de nascimento, atualmente.

### **PARA SABER MAIS CONFIRA AS REFERÊNCIAS:**

ARAGÓN, L. E. **Amazônia**: conhecer para desenvolver e conservar. Cinco temas para um debate. São Paulo: Hucitec Editoria, 2013.

BASSANEZI, M. S. Registros paroquiais e civis: os eventos vitais na reconstituição da história. *In*: PINSKI, C. B.; LUCA, T. R. de. **O historiador e suas fontes**. São: Contexto, 2013, p. 141-172.

BITTENCOURT, C. M. F. Usos didáticos de documentos. *In*: **Ensino de História**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2008.

BOSQUET NETTO, Loanna Moraes. **“Indigentes na vida”**: um olhar crítico das relações sociais construídas por adultos sem certidão de nascimento no Rio de Janeiro. 2019. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2019.

CRULS, Gastão. Impressões de uma Visita à Companhia Ford Industrial do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, Ano 1, n. 4, out., p. 3-25, 1939.

DAMASCENO NETO, H. M. **Amazônia, borracha e imigração**: o caso Fordlândia (1925-1945). 2019. Dissertação (Mestrado em História Contemporânea) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Portugal, 2019.

DEAN, Warren. **A luta pela borracha no Brasil**: um estudo de história ecológica. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Nobel, 1989.

DUARTE JUNIOR, A. M. Fordlândia e Belterra: as cidades de Henry Ford na Amazônia. GV Casos. **Revista Brasileira de Casos de Ensino em Administração**, São Paulo, v. 5, n. 01, p. 1-13, jan./jun. 2015.

EMMI, M. F. **Um século de imigrações internacionais na Amazônia brasileira (1850-1950)**. Belém: NAEA, 2013.

GRANDIN, Greg. **Fordlândia**: ascensão e queda da cidade esquecida de Henry Ford na selva. Tradução de Nivaldo Montingelli Jr. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.

LOURENÇO, E. **Americanos e caboclos**: encontros e desencontros em Fordlândia e Belterra. 1999. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, São Paulo, Universidade de São Paulo, 1999.

PEREIRA, J. C. M. **Amazônia**: a fala do desenvolvimento e os modos de vida na cidade. Rio de Janeiro: Mauad, 2019.

PEREIRA, J. C. M. Cidade na floresta: Belterra, a experiência da plantation de seringa de Henry Ford na Amazônia brasileira (1934-1945). **Revista Avances del Cesor**, Rosário (Argentina), año X, n. 10, p. 129-150, 2013.

PESSOA, J. L. de L. **Registro Civil de Nascimento**: direito fundamental e pressuposto para o exercício da Cidadania. Brasil, 1988-2006. 2006. Tese (Mestrado em Direito) - Faculdade de Campos, Campos dos Goytacazes, 2006.

STAEVIE, P. M. Imigração estrangeira, economia e mercado de trabalho na Amazônia brasileira entre o final do século XIX e início do século XX. **Revista Resgate**, Campinas, v. 26, n. 1, p. 153-172, jan./jun. 2018.